



Engie Solar Paracatu II Geração Centralizada SPE S.A.

CNPJ nº 23.741.536/0001-63 | NIRE nº 31.30011425-2

Demonstrações Contábeis para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais ou de outra forma quando indicado)

Balancos patrimoniais		Nota	31/12/2021	31/12/2020	Demonstrações dos resultados		Demonstrações das mutações do patrimônio líquido			Reserva de	Lucros	Patrimônio	
Ativo circulante					Nota	31/12/2021	31/12/2020	Nota	Capital social	Reserva legal	lucros (prejuízo) acumulados	(prejuízo) acumulados	líquido
Caixa e equivalentes de caixa	4		19.524.446	27.474.344	21	24.424.258	21.402.152		38.832.829	115.784.730	153.020	2.318.434	157.089.013
Contas a receber	5		2.500.615	7.462.999	22	(9.848.229)	(8.695.020)		20.1	(91.306.560)	1	-	(91.306.559)
Impostos a recuperar	6		14.449	14.017					20.3	-	-	1.916.777	1.916.777
Adiantamentos a fornecedores	7		7.374	356.592					20.2	-	95.839	-	(95.839)
Outros ativos circulantes			1.057.508	214.024					20.4	-	-	(455.235)	(455.235)
Ativo não circulante			177.885.448	183.622.651					20.3	-	1.365.703	(1.365.703)	-
Aplicações financeiras vinculadas	4		3.703.811	3.335.065					20.3	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes	8		485.038	3.475.000					20.2	-	-	-	-
Direito de uso de arrendamento	11		4.900.119	3.334.452					20.3	-	-	-	-
Imobilizado	9		164.830.568	170.015.678					20.3	-	-	-	-
Intangível	10		3.965.912	3.462.456					20.3	-	-	-	-
Total do ativo			200.989.840	219.144.627					63.311.000	-	248.859	3.684.136,52	67.243.996
Balancos patrimoniais		Nota	31/12/2021	31/12/2020	Demonstrações dos resultados		Demonstrações das mutações do patrimônio líquido			Reserva de	Lucros	Patrimônio	
Passivo circulante					Nota	31/12/2021	31/12/2020	Nota	Capital social	Reserva legal	lucros (prejuízo) acumulados	(prejuízo) acumulados	líquido
Fornecedores	12		3.001.633	5.345.210					38.832.829	115.784.730	153.020	2.318.434	157.089.013
Empréstimos e financiamentos	13		7.559.636	6.827.320					20.1	(91.306.560)	1	-	(91.306.559)
Tributos a pagar	14		575.602	463.041					20.3	-	-	1.916.777	1.916.777
Adiantamento de clientes	16		-	4.470.472					20.2	-	95.839	-	(95.839)
Provisões	17		1.085.039	11.186.263					20.4	-	-	(455.235)	(455.235)
Outras contas a pagar	19		1.294.774	3.435.970					20.3	-	-	-	-
Dividendos a pagar	20.4		-	455.234					20.3	-	-	-	-
Arrendamento mercantil	11		19.927	13.152					20.3	-	-	-	-
Passivo não circulante			124.929.130	119.703.968					63.311.000	-	248.859	3.684.136,52	67.243.996
Empréstimos e financiamentos	13		119.694.240	114.926.551					20.2	-	-	-	-
Tributos diferidos	15.2		162.291	1.370.897					20.2	-	-	-	-
Arrendamento mercantil	11		5.072.599	3.406.520					20.3	-	-	-	-
Patrimônio líquido			62.524.099	67.243.996					63.311.000	-	248.859	3.684.136,52	67.243.996
Capital social	20.1		63.311.000	63.311.000					20.2	-	-	-	-
Reserva legal	20.2		248.859	248.859					20.3	-	-	-	-
Reserva de lucros (Prejuízo acumulado)	20.3		(1.035.760)	3.684.137					20.3	-	-	-	-
Total do passivo			200.989.840	219.144.627					63.311.000	-	248.859	3.684.136,52	67.243.996

Balancos patrimoniais		Nota	31/12/2021	31/12/2020	Demonstrações dos resultados		Demonstrações das mutações do patrimônio líquido			Reserva de	Lucros	Patrimônio	
Passivo circulante					Nota	31/12/2021	31/12/2020	Nota	Capital social	Reserva legal	lucros (prejuízo) acumulados	(prejuízo) acumulados	líquido
Fornecedores	12		3.001.633	5.345.210					38.832.829	115.784.730	153.020	2.318.434	157.089.013
Empréstimos e financiamentos	13		7.559.636	6.827.320					20.1	(91.306.560)	1	-	(91.306.559)
Tributos a pagar	14		575.602	463.041					20.3	-	-	1.916.777	1.916.777
Adiantamento de clientes	16		-	4.470.472					20.2	-	95.839	-	(95.839)
Provisões	17		1.085.039	11.186.263					20.4	-	-	(455.235)	(455.235)
Outras contas a pagar	19		1.294.774	3.435.970					20.3	-	-	-	-
Dividendos a pagar	20.4		-	455.234					20.3	-	-	-	-
Arrendamento mercantil	11		19.927	13.152					20.3	-	-	-	-
Passivo não circulante			124.929.130	119.703.968					63.311.000	-	248.859	3.684.136,52	67.243.996
Empréstimos e financiamentos	13		119.694.240	114.926.551					20.2	-	-	-	-
Tributos diferidos	15.2		162.291	1.370.897					20.2	-	-	-	-
Arrendamento mercantil	11		5.072.599	3.406.520					20.3	-	-	-	-
Patrimônio líquido			62.524.099	67.243.996					63.311.000	-	248.859	3.684.136,52	67.243.996
Capital social	20.1		63.311.000	63.311.000					20.2	-	-	-	-
Reserva legal	20.2		248.859	248.859					20.3	-	-	-	-
Reserva de lucros (Prejuízo acumulado)	20.3		(1.035.760)	3.684.137					20.3	-	-	-	-
Total do passivo			200.989.840	219.144.627					63.311.000	-	248.859	3.684.136,52	67.243.996

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: A Engie Solar Paracatu II Geração Centralizada SPE S.A., subsidiária da Engie Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A. ("Holding Paracatu"), por sua vez pertencente ao grupo da Solaredirect Holding Brasil S.A. ("Grupo ENGIE Solar") iniciou suas atividades em 26/11/2015, sediada na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais, na Rodovia MG 188 km 10 a direita mais 13 km a sede Guarda Mor, Fazenda São João, Zona Rural, sendo constituída com prazo determinado de 25 anos e posteriormente alterando o prazo para indeterminado conforme artigo 3º de seu Estatuto Social. A Companhia tem por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e exploração de Empreendimento de energia elétrica por fonte solar a ser desenvolvido no parque solar denominado UVF Paracatu II na cidade de Paracatu no Estado de Minas Gerais, o qual possui previsão de potência instalada de 33 (trinta e três) MW. A Companhia assinou com a união, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir de sua celebração em 25/05/2016, conforme publicação no Diário Oficial da União para construção, operação e manutenção das instalações das usinas solares. A contabilização da energia produzida pela Companhia ocorre de forma mensal. De acordo com o Preço de Venda Atualizado (PVA), a cada 12 meses, há o encontro de contas, comparando o volume gerado com o vendido no leilão. Desvios negativos são restituídos pela Companhia, enquanto desvios positivos são recebidos de acordo com o percentual Pré-estabelecido no contrato. A Administração do Grupo Engie Solar, em conjunto com seus acionistas, tem aplicado esforços visando a otimização da estrutura financeira do grupo buscando minimizar os impactos das despesas financeiras de seu financiamento e, neste sentido, garantem o aporte de quaisquer recursos financeiros necessários para a continuidade das operações da Companhia. **2.2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis:** A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 20/05/2022. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica do OCP 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidência a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas, principalmente, nas notas explicativas: **• Nota Explicativa nº 09 e 10 - Depreciação e amortização;** **• Nota Explicativa nº 11 - Realização do direito de uso do ativo;** **• Nota Explicativa nº 15 - Realização de IR e CS diferidos;** **• Nota Explicativa nº 18 - Provisão para contingências.** **3. Principais práticas contábeis:** **3.1. Apresentação das demonstrações contábeis:** Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação ocorrer nos próximos doze meses. Caso contrário será demonstrado como não circulante. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras vinculadas:** A Companhia considera uma aplicação financeira os recursos que possuem reversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, com vencimento que pode variar de 90 dias a 05 anos, a contar da data da contratação. Em todas essas aplicações, a disponibilidade dos recursos é imediata e os valores contábeis são compatíveis com os valores de realização. Correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de livre movimentação temporárias que possam ser sacadas a qualquer momento sem riscos de alterações de valor. As aplicações financeiras vinculadas são registradas no ativo não circulante e representam os saldos das contas reservas do serviço da dívida, ou seja, valores necessários para perfazer o montante equivalente a no mínimo três parcelas mensais de pagamento da dívida com o BNDES e/ou três meses de despesas decorrentes do contrato de operação e manutenção. Os mesmos são reclassificados para o ativo circulante de acordo com sua competência de realização. **3.3. Contas a receber: Mercado de curto prazo e energia reserva:** Os contratos de compra e venda de energia celebrados no mercado - tanto no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) como no Ambiente de Contratação Livre (ACL) - devem ser registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que realiza a medição dos montantes efetivamente produzidos/consumidos por cada agente. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no Mercado de Curto Prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). Assim, o Mercado de Curto Prazo é o segmento onde são

contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes e a Energia de Reserva referem-se ao contrato de venda de energia de reserva CER, celebrado no mercado junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) - alcançado mediante participação do 8º Leilão para contratação de Energia de Reserva, promovido pela ANEEL, o que lhe conferiu outorga a gerar energia elétrica, mediante a operação das Centrais Geradoras Solar Paracatu II, localizada em Paracatu - MG, com Potência Instalada de 33 MW. Para a operação descrita acima, não há constituição de Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), pois a CCEE efetua os pagamentos mensais constantes em contrato, apurando eventuais diferenças entre a energia contratada e a fornecida ao final de cada ano do contrato, e aplicando os ajustes necessários no ano seguinte. **3.4. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de sua respectiva depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: **•** O custo de materiais e mão de obra direta; **•** Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; **•** Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados. Os softwares comprados que fazem parte integrante da funcionalidade de um equipamento são capitalizados como parte daquele equipamento. Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação:** A depreciação é reconhecida no resultado de forma linear, com base na vida útil do Parque Solar, sendo calculada a partir da data em que o bem entra em funcionamento. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do mês subsequente à data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro desde que ocorram mudanças significativas em relação às variáveis que possam alterar a vida útil dos ativos e a mensuração posterior dos ativos, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **3.5. Intangível:** Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial, deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados conforme Nota Explicativa nº 10 Intangível e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **3.6. Arrendamento mercantil:** Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela empresa. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos fixos incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: **•** O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; **•** Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes, dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. **3.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Durante o exercício findo em 31/12/2021, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados, intangíveis ou outros ativos não financeiros poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária. **3.8. Instrumentos financeiros**

Demonstrações dos fluxos de caixa 31/12/2021 31/12/2020

Fluxo de caixa das atividades operacionais

Lucro (Prejuízo) antes do IR e CS (3.879.528) 3.667.112

Ajustes ao lucro:

Depreciação e amortização 5.948.040 5.722.004

Amortização direito de uso 122.432 96.629

Provisão de juros - arrendamentos 401.915 335.240

Aplicações financeiras vinculadas (368.746) -

Provisões 1.012.918 72.120

Tributos diferidos (17.955) (258.462)

Troca em garantia de imobilizado 24.981 -

Baixa ativo imobilizado por devolução 295.882 -

Perdas de créditos não liquidados 300 -

3.540.240 9.634.643

Variação nos ativos e passivos

Variação contas a receber 4.962.384 2.610.677

Variação impostos a recuperar (432) (9.951)

Variação outros ativos 2.146.177 (3.348.926)

Variação adiantamentos a fornecedores 349.218 (181.703)

Variação fornecedores (2.343.577) (2.950.784)

Variação tributos a pagar 20.943 (17.992)

Variação outras contas a pagar (2.141.197) (9.620.920)

Variação adiantamento de clientes (4.470.472) 4.470.472

Caixa gerado pelas operações (1.476.955) (9.032.227)

IR e CS pagos (2.394.637) (1.955.091)

(2.394.637) (1.955.091)

Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades operacionais (331.352) (1.352.675)

- reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra Companhia. **(I) Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente para pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamento de principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios para administrar ativos financeiros se refere a como a Companhia gerencia os ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais, enquanto ativos classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os ativos financeiros na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e na categoria de custo amortizado. **Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução do valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla as aplicações financeiras para gestão diária de caixa, depósitos bancários vinculados e instrumentos financeiros derivativos. **Desreconhecimento (baixa):** Um ativo financeiro é desreconhecido quando os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transferir seus direitos de receber fluxos de caixa a um terceiro nos termos de um contrato, transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou o controle do ativo. **(II) Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os passivos financeiros na categoria de: **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica



continuação

	31/12/2021	31/12/2020
Energia de reserva	2.500.615	6.699.042
Mercado curto prazo	-	763.957
Total	2.500.615	7.462.999

O modelo do setor elétrico brasileiro conta, desde 2008, com a Energia de Reserva, destinada a elevar a segurança no fornecimento do Sistema Interligado Nacional (SIN). A energia de reserva é oriunda de usinas especialmente contratadas para este fim, de forma complementar ao montante contratado no ambiente regulado (ACR). A regulamentação do mecanismo deu-se pelo Decreto nº 6.353, de 16/01/2008, e o início da comercialização ocorreu um ano mais tarde. A CCEE passou a representar os agentes de consumo desta energia e a responder pela centralização da relação contratual entre as partes e pela gestão da Conta de Energia de Reserva. Esta modalidade de contratação é formalizada mediante a celebração dos Contratos de Energia de Reserva (CER), entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE - na condição de representante dos agentes de consumo, incluindo os consumidores livres, aqueles referidos no § 5º do art. 26 da Lei nº 9.427/1996 e os autoprodutores. Os Contratos de Uso de Energia de Reserva (CONUER) são celebrados entre a CCEE e os agentes de consumo, distribuidores, consumidores livres e consumidores especiais, em decorrência dos Contratos de Energia de Reserva (CER), estes celebrados entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE. Para a operação descrita acima, não há constituição de Perda Esperada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), pois a CCEE efetua os pagamentos mensais constantes em contrato, apurando eventuais diferenças entre a energia contra-

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis da Engie Solar Paracatu II Geração Centralizada SPE S.A.

tada e a fornecida ao final de cada ano do contrato, e aplicando os ajustes necessários no ano seguinte. **6. Impostos a recuperar:** Representado por: **Circulante:** 31/12/2021 31/12/2020 Saldo negativo IRPJ 13.857 13.425 INSS 592 592 **Total** **14.449** **14.017**

7. Adiantamentos a fornecedores: Representado por: 31/12/2021 31/12/2020 Steag Energy Services do Brasil Ltda. - 2.854 Ineo Tinea 7.374 - GE Power - 353.738 **Total** **7.374** **356.592**

8. Outros ativos não circulantes: O saldo em 31/12/2020 referia-se ao valor de caráter punitivo relativo ao não cumprimento de cláusula contratual pela Engie Solar Brasil Energia e Consultoria Ltda., Companhia do grupo, responsável pelo gerenciamento e performance das unidades geradoras de energia, a qual realizou a restituição em 28/07/2021. Em 31/12/2021, a companhia possuía contrato firmado com a Grid Solutions Transmissão de Energia Ltda. referente Garantia Estendida sobre defeitos nos transformadores para o período de quatro anos a partir de 31/03/2021 a 27/02/2025.

Representado por: 31/12/2021 31/12/2020 Provisão performance negativa SDBR - 3.475.000 Garantia estendida apropriar - GRID Solutions 484.975 - Contas a receber - Partes relacionadas 63 - **Total** **485.038** **3.475.000**

9. Imobilizado: A movimentação do ativo imobilizado está na demonstração a seguir: **Composição do ativo imobilizado:**

Descrição	2021		2020	
	Taxa de depreciação (a.a. %)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Parque Solar	3,33%	169.591.233	(15.117.024)	154.474.209
Subestação consórcio	3,33%	11.439.995	(1.099.368)	10.340.627
Móveis e utensílios	6,25%	16.580	(848)	15.732
Subtotal		181.047.808	(16.217.240)	164.830.568
Imobilizado em andamento (*)		-	-	11.114.143
Total		181.047.808	(16.217.240)	175.944.711

Movimentação do ativo imobilizado

Descrição	31/12/2020	Adições	Baixas (**)	Transferências (***)	Depreciações	Saldo em 31/12/2021
Parque solar	148.179.446	12.627.377	(293.459)	(638.459)	(5.400.696)	154.474.209
Subestação consórcio	10.722.089	-	-	-	(381.461)	10.340.628
Móveis e utensílios	-	16.580	-	-	(849)	15.733
Subtotal	158.901.535	12.643.957	(293.459)	(638.459)	(5.783.006)	164.830.568
Imobilizado em andamento (*)	11.114.143	-	(11.114.143)	-	-	-
Total	170.015.678	12.643.957	(11.407.602)	(638.459)	(5.783.006)	164.830.568

(*) Imobilizado em andamento refere-se às aquisições e transferências de equipamentos para conclusão da construção dos parques solares. Em julho de 2021, o valor provisionado referente ao imobilizado em andamento foi faturado pelo fornecedor. A provisão foi revertida e o valor do documento fiscal foi contabilizado para compor o custo do Parque Solar. (**) As baixas do parque solar referem-se à venda de módulos para outra empresa do grupo Paracatu e cancelamento de notas fiscais reflexo das conciliações entre adiantamentos e fornecedores oriundos de períodos passados. (***) As transferências do parque solar referem-se à substituição de placas e equipamentos em garantia, bem como reflexo das conciliações entre adiantamentos e fornecedores oriundos de períodos passados. Em agosto de 2021, o valor do software SCADA foi reclassificado para o intangível. **10. Intangível:** Representado por: **Composição do ativo intangível:**

Descrição	2021		2020	
	Taxa de amortização (a.a. %)	Vida útil (anos)	Custo	Amortização acumulada
Projeto Parque Solar	3,33%	30	3.698.766	(359.602)
Software SCADA	3,33%	30	668.491	(41.743)
Total			4.367.257	(401.345)

Movimentação do ativo intangível:

Descrição	31/12/2020	Adições	Transferências	Baixas	Amortizações	Saldo em 31/12/2021
Projeto Parque Solar	3.462.456	-	-	-	(123.292)	3.339.164
Software SCADA	-	57.435	638.459	(27.404)	(41.743)	626.748
Total	3.462.456	57.435	638.459	(27.404)	(165.035)	3.965.912

Os valores constantes na conta intangível são registrados pelo custo de aquisição reduzidos da amortização acumulada apurada no método linear com relação à vida útil do parque solar e refere-se à aquisição de projeto para construção do parque solar no município de Paracatu, adquirido junto a Sotio Energia. Em agosto de 2021, o valor do software SCADA que compunha o valor do Parque Solar foi reclassificado para o intangível, bem como a respectiva amortização. O intangível possui vida útil com base no contrato de operação comercial do parque solar. **11. Direito de uso de arrendamento:** Representado por: **Composição do direito de uso de arrendamento:**

Descrição	2021		2020	
	Taxa de desconto anual (anos)	Prazo de uso	Renegociação do contrato	Amortização acumulada
Contrato de aluguel	10,20%	35	3.431.082	1.688.098
Total			3.431.082	1.688.098

(*) O contrato é atualizado anualmente com base no IGP-M/FGV. A taxa considerada na renegociação em 2021 foi de 37,06%. **Movimentação do arrendamento mercantil - passivo circulante:**

Descrição	2020		2021	
	Taxa anual (anos)	Prazo	Valor líquido	Renegociação do contrato
Contrato de Aluguel	10,20%	35	13.152	5.145
Total			13.152	5.145

Obs.: O valor classificado no circulante é consideravelmente inferior ao não circulante no início do arrendamento em decorrência do alto volume de juros incluídos nas primeiras parcelas diante do longo prazo do contrato de arrendamento. Isso tende a uma inversão ao longo dos últimos anos do contrato. **Movimentação do arrendamento mercantil - passivo não circulante:**

Descrição	2020		2021	
	Taxa anual (anos)	Prazo	Valor líquido	Renegociação do contrato
Contrato de Aluguel	10,20%	35	3.406.520	1.682.953
Total			3.406.520	1.682.953

A partir de 1º/01/2019, a Companhia aplicou o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, que não exige a apresentação comparativa de períodos anteriores. Os passivos de arrendamento mercantil foram mensu-

rados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados pela taxa de captação incremental do arrendatário em 1º/01/2019. Essa taxa foi calculada com base na taxa de captação incremental do Grupo ajustada de acordo com o CPC 06 (R2), levando em consideração: o ambiente econômico das subsidiárias e, em particular, seu risco de crédito, a moeda na qual o contrato foi concluído e a duração restante do contrato em 1º/01/2019. A metodologia aplicada para determinar a taxa de empréstimo incremental reflete a perfil dos pagamentos da locação (método de duração). A taxa de empréstimo incremental média ponderada aplicada aos passivos de arrendamento mercantil em 1º/01/2019 era de 10,20%, e a mesma continua para o ano de 2020 e para o período de janeiro a dezembro de 2021. No exercício de 2021 o cálculo do arrendamento mercantil foi reavaliado em decorrência da Performance Negativa entre a energia contratada e a energia entregue para a CCEE, considerando que a receita fixa de energia de reserva e a penalidade é base para cálculo do arrendamento. O período de vigência do contrato junto ao locador que se iniciou em 01/02/2019 possui término previsto em 31/01/2054. A Companhia apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas parcelas não descontadas:

Vencimento das parcelas	Valor (R\$)
2022	509.454
2023	509.454
2024	509.454
2025	509.454
2026	509.454
Entre 2027 a 2031	2.547.270
Entre 2032 a 2054	11.207.987
Parcelas não descontadas	16.302.527
Juros embutidos	(11.210.000)
Saldo passivo de arrendamento em 10/2021	5.092.527

12. Fornecedores: Representado por: 31/12/2021 31/12/2020 Fornecedores de equipamentos 2.983.633 5.327.184 Fornecedores de serviços 18.000 18.026 **Total** **3.001.633** **5.345.210**

A totalidade dos saldos é representada por fornecedores de equipamentos necessários para construção e funcionamento dos parques solares e desempenho de seu objeto social, bem como também por fornecedores de prestação de serviços, necessários para manutenção e bom desempenho dos mesmos em suas operações. Os valores constantes na conta fornecedores, refere-se a obrigações com Fornecedores Nacionais e sua liquidação prevista para período inferior a 365 dias. **13. Empréstimos e financiamentos:** Representado por: **Movimentação do financiamento:**

tada e a fornecida ao final de cada ano do contrato, e aplicando os ajustes necessários no ano seguinte. **6. Impostos a recuperar:** Representado por: **Circulante:** 31/12/2021 31/12/2020 Saldo negativo IRPJ 13.857 13.425 INSS 592 592 **Total** **14.449** **14.017**

7. Adiantamentos a fornecedores: Representado por: 31/12/2021 31/12/2020 Steag Energy Services do Brasil Ltda. - 2.854 Ineo Tinea 7.374 - GE Power - 353.738 **Total** **7.374** **356.592**

8. Outros ativos não circulantes: O saldo em 31/12/2020 referia-se ao valor de caráter punitivo relativo ao não cumprimento de cláusula contratual pela Engie Solar Brasil Energia e Consultoria Ltda., Companhia do grupo, responsável pelo gerenciamento e performance das unidades geradoras de energia, a qual realizou a restituição em 28/07/2021. Em 31/12/2021, a companhia possuía contrato firmado com a Grid Solutions Transmissão de Energia Ltda. referente Garantia Estendida sobre defeitos nos transformadores para o período de quatro anos a partir de 31/03/2021 a 27/02/2025.

Representado por: 31/12/2021 31/12/2020 Provisão performance negativa SDBR - 3.475.000 Garantia estendida apropriar - GRID Solutions 484.975 - Contas a receber - Partes relacionadas 63 - **Total** **485.038** **3.475.000**

9. Imobilizado: A movimentação do ativo imobilizado está na demonstração a seguir: **Composição do ativo imobilizado:**

Descrição	2021		2020	
	Taxa de amortização (a.a. %)	Vida útil (anos)	Custo	Amortização acumulada
Projeto Parque Solar	3,33%	30	3.698.766	(359.602)
Software SCADA	3,33%	30	668.491	(41.743)
Total			4.367.257	(401.345)

Movimentação do ativo intangível:

Descrição	31/12/2020	Adições	Transferências	Baixas	Amortizações	Saldo em 31/12/2021
Projeto Parque Solar	3.462.456	-	-	-	(123.292)	3.339.164
Software SCADA	-	57.435	638.459	(27.404)	(41.743)	626.748
Total	3.462.456	57.435	638.459	(27.404)	(165.035)	3.965.912

Os valores constantes na conta intangível são registrados pelo custo de aquisição reduzidos da amortização acumulada apurada no método linear com relação à vida útil do parque solar e refere-se à aquisição de projeto para construção do parque solar no município de Paracatu, adquirido junto a Sotio Energia. Em agosto de 2021, o valor do software SCADA que compunha o valor do Parque Solar foi reclassificado para o intangível, bem como a respectiva amortização. O intangível possui vida útil com base no contrato de operação comercial do parque solar. **11. Direito de uso de arrendamento:** Representado por: **Composição do direito de uso de arrendamento:**

Descrição	2021		2020	
	Taxa de desconto anual (anos)	Prazo de uso	Renegociação do contrato	Amortização acumulada
Contrato de aluguel	10,20%	35	3.431.082	1.688.098
Total			3.431.082	1.688.098

(*) O contrato é atualizado anualmente com base no IGP-M/FGV. A taxa considerada na renegociação em 2021 foi de 37,06%. **Movimentação do arrendamento mercantil - passivo circulante:**

Descrição	2020		2021	
	Taxa anual (anos)	Prazo	Valor líquido	Renegociação do contrato
Contrato de Aluguel	10,20%	35	13.152	5.145
Total			13.152	5.145

Obs.: O valor classificado no circulante é consideravelmente inferior ao não circulante no início do arrendamento em decorrência do alto volume de juros incluídos nas primeiras parcelas diante do longo prazo do contrato de arrendamento. Isso tende a uma inversão ao longo dos últimos anos do contrato. **Movimentação do arrendamento mercantil - passivo não circulante:**

Descrição	2020		2021	
	Taxa anual (anos)	Prazo	Valor líquido	Renegociação do contrato
Contrato de Aluguel	10,20%	35	3.406.520	1.682.953
Total			3.406.520	1.682.953

A partir de 1º/01/2019, a Companhia aplicou o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, que não exige a apresentação comparativa de períodos anteriores. Os passivos de arrendamento mercantil foram mensu-

rados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados pela taxa de captação incremental do arrendatário em 1º/01/2019. Essa taxa foi calculada com base na taxa de captação incremental do Grupo ajustada de acordo com o CPC 06 (R2), levando em consideração: o ambiente econômico das subsidiárias e, em particular, seu risco de crédito, a moeda na qual o contrato foi concluído e a duração restante do contrato em 1º/01/2019. A metodologia aplicada para determinar a taxa de empréstimo incremental reflete a perfil dos pagamentos da locação (método de duração). A taxa de empréstimo incremental média ponderada aplicada aos passivos de arrendamento mercantil em 1º/01/2019 era de 10,20%, e a mesma continua para o ano de 2020 e para o período de janeiro a dezembro de 2021. No exercício de 2021 o cálculo do arrendamento mercantil foi reavaliado em decorrência da Performance Negativa entre a energia contratada e a energia entregue para a CCEE, considerando que a receita fixa de energia de reserva e a penalidade é base para cálculo do arrendamento. O período de vigência do contrato junto ao locador que se iniciou em 01/02/2019 possui término previsto em 31/01/2054. A Companhia apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas parcelas não descontadas:

Vencimento das parcelas	Valor (R\$)
2022	509.454
2023	509.454
2024	509.454
2025	509.454
2026	509.454
Entre 2027 a 2031	2.547.270
Entre 2032 a 2054	11.207.987
Parcelas não descontadas	16.302.527
Juros embutidos	(11.210.000)
Saldo passivo de arrendamento em 10/2021	5.092.527

12. Fornecedores: Representado por: 31/12/2021 31/12/2020 Fornecedores de equipamentos 2.983.633 5.327.184 Fornecedores de serviços 18.000 18.026 **Total** **3.001.633** **5.345.210**

A totalidade dos saldos é representada por fornecedores de equipamentos necessários para construção e funcionamento dos parques solares e desempenho de seu objeto social, bem como também por fornecedores de prestação de serviços, necessários para manutenção e bom desempenho dos mesmos em suas operações. Os valores constantes na conta fornecedores, refere-se a obrigações com Fornecedores Nacionais e sua liquidação prevista para período inferior a 365 dias. **13. Empréstimos e financiamentos:** Representado por: **Movimentação do financiamento:**

temporis. **13.3. Garantias da operação:** Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes deste Contrato, como o principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas foram estabelecidas as seguintes garantias: (i) ("CERs") A Solairdirect Holding dá ao BNDES, em penhor, a totalidade de suas ações atuais e futuras detidas, de emissão da Paracatu Holding, bem como quaisquer outras ações representativas do capital social da Paracatu Holding, que venham a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer modo emitidas pelas mesmas; (ii) A Paracatu Holding dá ao BNDES em penhor, a totalidade de suas ações atuais e futuras detidas, de emissão das Beneficiárias, bem como quaisquer outras ações representativas do capital social das Beneficiárias, que venham a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer modo emitidas pelas mesmas; (iii) As Beneficiárias dão em penhor ao BNDES, os módulos fotovoltaicos e inversores relativos ao Projeto; (iv) As Beneficiárias cederão fiduciariamente ao BNDES: a) Os direitos creditórios provenientes dos Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as Beneficiárias e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); b) Os direitos creditórios provenientes de quaisquer outros contratos de compra e venda de energia que venham a ser celebrados pelas Beneficiárias, no Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou no Ambiente de Contratação Regulada (ACR); c) Quaisquer outros direitos creditórios e/ou receitas que sejam decorrentes do Projeto, inclusive aqueles relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste; d) Entre outros direitos. (v) A Paracatu Holding cederá fiduciariamente ao BNDES: a) Os direitos creditórios da "Conta Centralizadora Holding", conforme definida no Contrato DE Cessão Fiduciária; e b) Os direitos creditórios decorrentes dos contratos de mútuo celebrados com as Beneficiárias, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária. **13.4. Prazo de amortização:** O principal da dívida decorrente deste Contrato deve ser pago ao BNDES em 233 (duzentas e trinta e três) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15/06/2019, observado o disposto na Cláusula Vigésima Terceira (Vencimento em Dias Feriados), comprometendo-se as Beneficiárias a liquidarem com a última prestação, em 15/12/2025 todas as obrigações decorrentes deste Contrato. **13.5. Cumprimento de cláusula contratual restritiva (covenants):** A Companhia possui empréstimo junto ao BNDES em tal contrato contém a cláusula de cumprimento do covenants da obrigação de apuração de no mínimo 1,300 (1,3x) do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD")

13.3. Garantias da operação: Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes deste Contrato, como o principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas foram estabelecidas as seguintes garantias: (i) ("CERs") A Solairdirect Holding dá ao BNDES, em penhor, a totalidade de suas ações atuais e futuras detidas, de emissão da Paracatu Holding, bem como quaisquer outras ações representativas do capital social da Paracatu Holding, que venham a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer modo emitidas pelas mesmas; (ii) A Paracatu Holding dá ao BNDES em penhor, a totalidade de suas ações atuais e futuras detidas, de emissão das Beneficiárias, bem como quaisquer outras ações representativas do capital social das Beneficiárias, que venham a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer modo emitidas pelas mesmas; (iii) As Beneficiárias dão em penhor ao BNDES, os módulos fotovoltaicos e inversores relativos ao Projeto; (iv) As Beneficiárias cederão fiduciariamente ao BNDES: a) Os direitos creditórios provenientes dos Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as Beneficiárias e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); b) Os direitos creditórios provenientes de quaisquer outros contratos de compra e venda de energia que venham a ser celebrados pelas Beneficiárias, no Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou no Ambiente de Contratação Regulada (ACR); c) Quaisquer outros direitos creditórios e/ou receitas que sejam decorrentes do Projeto, inclusive aqueles relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste; d) Entre outros direitos. (v) A Paracatu Holding cederá fiduciariamente ao BNDES: a) Os direitos creditórios da "Conta Centralizadora Holding", conforme definida no Contrato DE Cessão Fiduciária; e b) Os direitos creditórios decorrentes dos contratos de mútuo celebrados com as Beneficiárias, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária. **13.4. Prazo de amortização:** O principal da dívida decorrente deste Contrato deve ser pago ao BNDES em 233 (duzentas e trinta e três) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15/06/2019, observado o disposto na Cláusula Vigésima Terceira (Vencimento em Dias Feriados), comprometendo-se as Beneficiárias a liquidarem com a última prestação, em 15/12/2025 todas as obrigações decorrentes deste Contrato. **13.5. Cumprimento de cláusula contratual restritiva (covenants):** A Companhia possui empréstimo junto ao BNDES em tal contrato contém a cláusula de cumprimento do covenants da obrigação de apuração de no mínimo 1,300 (1,3x) do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD")

14. Tributos a pagar: Representado por: 31/12/2021 31/12/2020 IR 294.414 197.962 CS 162.925 167.760 ICMS 6.757 81 PIS 16.259 14.767 Cofins 75.018 68.131 ISS retido s/serviços de terceiros 2.960 2.265 INSS s/serviços de terceiros 9.032 4.517 IR retido na fonte 1.952 2.976 Contribuição retida na fonte 6.285 4.582 **Total** **575.602** **463.041**

15. Apuração do IR e CS corrente e tributos diferidos: Durante os exercícios de 2020 e 2021, a Companhia foi tributada ao Lucro Presumido, sendo mais viável as suas atividades de acordo com o seu projeto de negócios.

IRPJ	CSLL	2021	
------	------	------	--



continuação		Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis da Engie Solar Paracatu II Geração Centralizada SPE S.A.																																																																											
Fornecimento de energia de reserva - (não faturado)	31/12/2021 (736.055)	31/12/2020 79.238																																																																											
Energia elétrica CP - geração própria (não faturado)	(4.198.427)	(128.719)																																																																											
Energia de reserva retida - (não faturada)	-	(6.966.446)																																																																											
Penalidade CER	(2.138.221)	(3.960.263)																																																																											
Deduções por atraso e desempenho	(26.800)	-																																																																											
Total receita a faturar/performance negativa/desempenho	(7.099.503)	(10.976.190)																																																																											
Total receita bruta	25.430.476	22.360.478																																																																											
Deduções da receita bruta																																																																													
PIS	(182.387)	(216.688)																																																																											
COFINS	(841.785)	(1.000.100)																																																																											
PIS diferido	3.197	46.027																																																																											
COFINS diferido	14.756	212.435																																																																											
Total deduções	(1.006.218)	(958.326)																																																																											
Receita operacional líquida	24.424.258	21.402.152																																																																											
22. Custo de produção de energia: Os custos de produção de energia constituem-se nos valores abaixo: Representado por:																																																																													
	31/12/2021	31/12/2020																																																																											
Consumo de energia	(88.150)	(57.976)																																																																											
Encargos do uso do sistema de transmissão	(1.559.485)	(1.426.919)																																																																											
Depreciação/amortização	(5.947.249)	(5.722.004)																																																																											
Amortização direito de uso (aluguéis)	(122.432)	(96.629)																																																																											
Garantia estendida	(169.649)	-																																																																											
Provisões	(95.280)	-																																																																											
Tributos	(2.793)	-																																																																											
Outros custos (*)	(1.863.191)	(1.391.492)																																																																											
Total	(9.848.229)	(8.695.020)																																																																											
(*) Outros custos incluem seguros, serviços de manutenção, segurança e vigilância, alugueis de veículos e equipamentos, energia elétrica, serviços de engenharia, consultoria técnica, limpeza e conservação, entre outros. Estes gastos são necessários para operação do parque solar. 23. Despesas gerais e administrativas: As despesas operacionais constituem-se nos valores abaixo:																																																																													
	31/12/2021	31/12/2020																																																																											
Utilidades e serviços	(21)	(328)																																																																											
Telecomunicações	(16.663)	(15.376)																																																																											
Serviços tomados PJ	(538.836)	(379.653)																																																																											
Despesas gerais	(105.101)	(94.422)																																																																											
Tributos	(106.073)	(195.360)																																																																											
Ocupação	-	(3.369)																																																																											
Depreciação/Amortização	(849)	-																																																																											
Total	(767.543)	(688.508)																																																																											
24. Outras receitas e despesas: Representado por: Outras receitas:																																																																													
	31/12/2021	31/12/2020																																																																											
Outras despesas	-	-																																																																											
Projeto água limpa	-	-																																																																											
Outras receitas tributadas	471	-																																																																											
Reversão provisão - verif./certif. crédito de carbono	415	-																																																																											
Remessa em garantia	503	-																																																																											
Ganhos/Perdas alienação de imobilizados	57	-																																																																											
Total	1.446	-																																																																											
Outras despesas:																																																																													
Projeto água limpa	-	(26.581)																																																																											
Verif./Certif. crédito de carbono	-	(28.719)																																																																											
Remessa em garantia	(25.484)	-																																																																											
Baixa de imobilizado para descarte	(2.016)	-																																																																											
Outras despesas indedutíveis	(2.827)	-																																																																											
Perdas de créditos não liquidados	(300)	-																																																																											
Total outras despesas	(30.627)	(55.300)																																																																											
25. Resultado financeiro: Representado por:																																																																													
	31/12/2021	31/12/2020																																																																											
Rendimentos de aplicações financeiras	897.593	2.406.604																																																																											
Juros ativos	433	-																																																																											
Varição monetária ativa	55.367	167.869																																																																											
Receitas financeiras	953.393	2.574.473																																																																											
Varição monetária passiva	(1.235)	-																																																																											
Tarifas bancárias	(4.943)	(4.236)																																																																											
Perdas de aplicações financeiras	-	(2.058)																																																																											
Juros passivos	(3.396)	(2.399)																																																																											
IOF	(16.558)	(340.263)																																																																											
Multas	(5.734)	(2.958)																																																																											
Juros s/financiamento (*)	(18.642.886)	(10.140.819)																																																																											
Juros (AVP) IFRS 16	(401.915)	(335.240)																																																																											
Remunerações Citibank	(51.377)	(42.711)																																																																											
Comissões BNDES	(22.000)	-																																																																											
Despesas financeiras	(19.150.044)	(10.870.685)																																																																											
Resultado financeiro	(18.196.651)	(8.296.212)																																																																											
* O aumento da despesa financeira deve-se ao aumento do IPCA sobre os empréstimos ao longo do exercício de 2021 em comparação ao exercício de 2020. 26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros: 26.1. Gerenciamento de riscos: A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e aplicações de recursos, riscos de mercado (inflação e juros) e risco de liquidez, ao qual a Companhia entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional. A Administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limite de posições. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa. Adicionalmente, a Companhia procede com a avaliação tempestiva da posição consolidada da Companhia, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta. As descrições dos riscos da Companhia são descritas a seguir. 26.2. Riscos de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de riscos: risco de taxa de juros e risco de variação monetária. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações																																																																													
financeiras, contas a receber e fornecedores. 26.3. Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber). Os riscos de crédito nas atividades operacionais da Companhia são administrados por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento das duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento. 26.4. Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos, para que haja recursos financeiros disponíveis para o devido cumprimento de suas obrigações. 26.5. Valor justo dos instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação. A Companhia e suas controladas classificam a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices																																																																													
utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis: Nível 1 - Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos; Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos, seja indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos; Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração. Segue abaixo o quadro de classificação por nível de risco:																																																																													
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Companhia</th> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> <tr> <th>Nível 1</th> <th>Nível 2</th> <th>Nível 1</th> <th>Nível 2</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Caixa e bancos</td> <td>3.389.972</td> <td>-</td> <td>3.277.832</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>-</td> <td>16.134.474</td> <td>-</td> <td>27.531.577</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras vinculadas</td> <td>-</td> <td>3.703.811</td> <td>-</td> <td>3.335.065</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>3.389.972</td> <td>19.838.285</td> <td>3.277.832</td> <td>30.866.642</td> </tr> </tbody> </table>				Companhia	2021		2020		Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2	Caixa e bancos	3.389.972	-	3.277.832	-	Aplicações financeiras	-	16.134.474	-	27.531.577	Aplicações financeiras vinculadas	-	3.703.811	-	3.335.065	Total	3.389.972	19.838.285	3.277.832	30.866.642																																													
Companhia	2021		2020																																																																										
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2																																																																									
Caixa e bancos	3.389.972	-	3.277.832	-																																																																									
Aplicações financeiras	-	16.134.474	-	27.531.577																																																																									
Aplicações financeiras vinculadas	-	3.703.811	-	3.335.065																																																																									
Total	3.389.972	19.838.285	3.277.832	30.866.642																																																																									
Composição dos saldos de instrumentos financeiros por categoria e valor justo:																																																																													
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Companhia</th> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> <tr> <th>Contábil</th> <th>Valor justo</th> <th>Contábil</th> <th>Valor justo</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ativo/Custo amortizado</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Caixa e bancos</td> <td>3.389.972</td> <td>3.389.972</td> <td>3.277.832</td> <td>3.277.832</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber</td> <td>2.500.615</td> <td>2.500.615</td> <td>7.462.999</td> <td>7.462.999</td> </tr> <tr> <td>Outros ativos não circulantes</td> <td>485.038</td> <td>485.039</td> <td>3.475.000</td> <td>3.475.000</td> </tr> <tr> <td>Total ativos financeiros</td> <td>6.375.626</td> <td>6.375.626</td> <td>14.215.831</td> <td>14.215.831</td> </tr> <tr> <td>Ativo/Valor justo por meio de resultado</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>16.134.474</td> <td>16.134.474</td> <td>27.531.577</td> <td>27.531.577</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras vinculadas</td> <td>3.703.811</td> <td>3.703.811</td> <td>3.335.065</td> <td>3.335.065</td> </tr> <tr> <td>Total ativos financeiros</td> <td>19.838.285</td> <td>19.838.285</td> <td>30.866.642</td> <td>30.866.642</td> </tr> <tr> <td>Passivo/Passivo pelo custo amortizado</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>3.001.633</td> <td>3.001.633</td> <td>5.345.210</td> <td>5.345.210</td> </tr> <tr> <td>Empréstimos e financiamentos</td> <td>127.253.876</td> <td>127.253.876</td> <td>121.753.871</td> <td>121.753.871</td> </tr> <tr> <td>Total passivos financeiros</td> <td>130.255.509</td> <td>130.255.509</td> <td>127.099.081</td> <td>127.099.081</td> </tr> </tbody> </table>				Companhia	2021		2020		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	Ativo/Custo amortizado					Caixa e bancos	3.389.972	3.389.972	3.277.832	3.277.832	Contas a receber	2.500.615	2.500.615	7.462.999	7.462.999	Outros ativos não circulantes	485.038	485.039	3.475.000	3.475.000	Total ativos financeiros	6.375.626	6.375.626	14.215.831	14.215.831	Ativo/Valor justo por meio de resultado					Aplicações financeiras	16.134.474	16.134.474	27.531.577	27.531.577	Aplicações financeiras vinculadas	3.703.811	3.703.811	3.335.065	3.335.065	Total ativos financeiros	19.838.285	19.838.285	30.866.642	30.866.642	Passivo/Passivo pelo custo amortizado					Fornecedores	3.001.633	3.001.633	5.345.210	5.345.210	Empréstimos e financiamentos	127.253.876	127.253.876	121.753.871	121.753.871	Total passivos financeiros	130.255.509	130.255.509	127.099.081	127.099.081
Companhia	2021		2020																																																																										
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo																																																																									
Ativo/Custo amortizado																																																																													
Caixa e bancos	3.389.972	3.389.972	3.277.832	3.277.832																																																																									
Contas a receber	2.500.615	2.500.615	7.462.999	7.462.999																																																																									
Outros ativos não circulantes	485.038	485.039	3.475.000	3.475.000																																																																									
Total ativos financeiros	6.375.626	6.375.626	14.215.831	14.215.831																																																																									
Ativo/Valor justo por meio de resultado																																																																													
Aplicações financeiras	16.134.474	16.134.474	27.531.577	27.531.577																																																																									
Aplicações financeiras vinculadas	3.703.811	3.703.811	3.335.065	3.335.065																																																																									
Total ativos financeiros	19.838.285	19.838.285	30.866.642	30.866.642																																																																									
Passivo/Passivo pelo custo amortizado																																																																													
Fornecedores	3.001.633	3.001.633	5.345.210	5.345.210																																																																									
Empréstimos e financiamentos	127.253.876	127.253.876	121.753.871	121.753.871																																																																									
Total passivos financeiros	130.255.509	130.255.509	127.099.081	127.099.081																																																																									
27. Eventos subsequentes: Em março de 2022, a Engie Brasil Energias Complementares Participações Ltda. empresa controlada pela Engie Brasil Energia S.A. adquiriu 100% das ações da Solairdirect Holding Brasil S.A. ("Solairdirect"), detentora dos Conjuntos Fotovoltaicos Paracatu e Floresta, e ENGIE Solar Brasil Energia e Consultoria Ltda. ("ENGIE Solar"), ambas pertencentes ao Grupo ENGIE. O Conselho de Administração da ENGIE Brasil Energia instalou um Comitê Especial Independente para Transações com Partes Relacionadas ("CPR"), para avaliar a operação de aquisição. O CPR também contratou as seguintes consultorias independentes para apoiar no processo, das quais: (i) due diligence legal e apoio na negociação do contrato de compra e venda; (ii) due diligence contábil, financeira, tributária e trabalhista; (iii) due diligence técnica; e (iv) consultoria para a emissão de opinião sobre a avaliação e geração de valor dos ativos (fairness opinion). Após a realização das devidas due diligences, avaliações dos ativos e negociações dos termos e condições da operação, realizados com o apoio de consultorias especializadas contratadas pelo CPR, este enviou um relatório com sua recomendação ao Conselho de Administração, que aprovou a aquisição das empresas em reunião realizada em 14/02/2022. A conclusão da operação ocorreu após o atingimento das condições precedentes previstas no contrato, em 16/03/2022, pelo montante R\$ 692 milhões, sendo R\$ 36 milhões sujeitos ao atingimento de condições estabelecidas no contrato.																																																																													
Declaração do Diretor sobre as Demonstrações Contábeis																																																																													
Declaramos, na qualidade de diretor e contadora da ENGIE Solar Paracatu II Geração Centralizada SPE S.A. ("Companhia"), sociedade por ações, com sede na Cidade Paracatu, Estado de Minas Gerais, na Rodovia MG 188 Fazenda São João, Zona Rural, CEP 38.609.899, inscrita no CNPJ sob o nº 23.741.536/0001-63, revimos, discutimos e concordamos com o conjunto das Demonstrações Contábeis, assim como com a opinião expressa no relatório do auditor independente referente às demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2021.																																																																													
Areia Branca, 20 de maio de 2022																																																																													
Diretoria																																																																													
José Luiz Jansson Laydner - Diretor																																																																													
Contadora																																																																													
Amanda Aparecida Mota - CRC SP 233929/O-1																																																																													
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis																																																																													
internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.																																																																													
São Paulo, 20 de maio de 2022																																																																													
Grant Thornton																																																																													
Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.																																																																													
CRC 2SP-034.766/O-0																																																																													
Alcides Afonso Louro Neto																																																																													
Contador - CRC 1SP-289.078/O-2																																																																													
Aos Acionistas e Administradores da Engie Solar Paracatu II Geração Centralizada SPE S.A. São Paulo - SP - Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Engie Solar Paracatu II Geração Centralizada SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Demonstrações contábeis dos valores correspondentes comparativos: As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2020, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por nós e																																																																													

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/F0DA-B3A7-4B9B-7D66> ou vá até o site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F0DA-B3A7-4B9B-7D66



Hash do Documento

6ZncAyliC799Vu2xDaJZ3x8q9V9/9a6frP/8cnveYxc=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/11/2022 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 23/11/2022 22:06 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

